

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: IGUALDADE NA DIFERENÇA

**ELDINEA GONÇALVES DE SOUZA¹ ELZA BARBOSA GUIMARÃES²
MAIARA SOARES PORTO³ MARIA CRISTINA ZECCHINEL URBANO⁴
MARIA SOCORRO DA SILVA SANTOS⁵ LUCIENE DE SOUZA VANIN⁶**

RESUMO: A educação inclusiva pode ser definida como uma prática para todos? A construção de uma sociedade inclusiva vai além da teoria. A importância da inclusão está relacionada com o respeito à diferença; somos diferentes uns dos outros, eis o ponto que nos torna iguais. A inclusão escolar é uma realidade e vai além de uma simples matrícula, existe toda uma complexidade, exige um novo olhar dos nossos legisladores, um novo modelo organizacional, professores comprometidos, valorizando as diferenças, visando uma educação voltada para a igualdade. Vários documentos foram criados, mas os direitos ainda não são efetivos, várias barreiras impedem a concretização da inclusão. Desta forma o objetivo deste artigo é discutir a construção de uma escola inclusiva, e para fundamentar nossas reflexões sobre inclusão serão estabelecidos diálogos teóricos com os seguintes autores: Sasaki (1997), Stainback e Stainback (1999), Libâneo (2001), Mittler (2003), Mantoan (2003,2004,2006). Sob a iluminação desse referencial, e outros que poderão ser acrescentados nos possibilitará discutir o processo de inclusão, visando à igualdade na diferença.

Palavras-chave: Inclusão; escola; educador; diferença; igualdade.

ABSTRACT: Inclusive education can be defined as a practice for everyone? Building an inclusive society goes beyond theory. The importance of inclusion is related to the respect for difference, are different from each other, here is the point that makes us equal. School inclusion is a reality and goes beyond a simple registration, there is a whole complex, requires a new look of our legislators, a new organization, committed teachers, valuing differences, an education geared towards equality. Several documents were created, but the rights are not effective, several barriers hinder the implementation of inclusion. Thus the objective of this paper is to discuss the construction of an inclusive school to base our thoughts on inclusion will be established theoretical dialogues with the following authors: Sasaki (1997), Stainback and Stainback (1999), Lebanon (2001), Mittler (2003), Mantoan (2003, 2004, 2006). Under the light of this reference, and others may be added that will enable us to discuss the process of inclusion, seeking equality in difference.

Keywords: Inclusion, school, educator; difference; equality

¹ **Eldinea Gonçalves de Souza:** Pedagoga formada pela Faculdade Reunida Instituto de Ensino Superior de São Paulo.

² **Elza Barbosa Guimarães:** Formada em Letras na FECLU – Faculdade de Educação, Ciência e Letras de Urubupungá.

³ **Maiara Soares Porto:** Formada em Educação Física pela Fundação Educacional de Andradina.

⁴ **Maria Cristina Zecchinel Urbano:** Formada em Pedagogia pela UNIP – Universidade Paulista.

⁵ **Maria Socorro da Silva Santos:** Formada em Pedagogia na FECLU – Faculdade de Educação, Ciência e Letras de Urubupungá.

⁶ **Luciene de Souza Vanin:** Formada em Pedagogia pela Faculdade reunida Instituto de Ensino Superior de São Paulo.

PRIMEIRAS PALAVRAS

“Ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. Os homens se educam juntos na transformação do mundo” Freire (1978).

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação é assunto no Brasil e no mundo. Segundo Stainback e Stainback (1999, p. 21), “a educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas”. A inclusão requer mudança de paradigmas, compreender e aceitar o outro em suas diferenças, abrir horizontes, desejar e realizar mudanças profundas nas práticas educacionais, proporcionando um ambiente que favoreça a aprendizagem.

A Declaração de Salamanca um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, orienta que as escolas se ajustem às necessidades de todos os alunos. “As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (UNESCO, 1994).

Precisamos entender que incluir não é simplesmente matricular um aluno em um ambiente escolar e considerar que esteja realmente incluído. Ele até poderá estar inserido, mas, para a inclusão acontecer realmente, passa por processos bastante complexos, desafiantes, dependendo de cada sujeito que compõe a equipe escolar, direta ou indiretamente.

Mantoan (2004) chama-nos a atenção ao dizer que ao inserir um aluno com necessidades educacionais especiais, garantimos um direito constitucional, pois a Constituição Federal (1988) que é a lei maior de nossa sociedade política, garante a inclusão, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), fora resoluções e portarias, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

Segundo Omote (2004) o ato de incluir não é fácil, pois gera várias indagações, e questionamentos, e o conceito de inclusão é recente em nossa cultura. Como qualquer situação nova envolve adeptos e também críticos, a inclusão escolar é fato e o reconhecimento e a valorização das diferenças precisam fazer parte da realidade.

Todo o processo educacional precisa rever seus conceitos, necessita construir novos saberes, se adequando às novas exigências, pois a inclusão tem que sair do papel, deve ser assumida com responsabilidade, em qualquer espaço social.

Mantoan (2004, p.81) revela-nos que:

A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O Outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa Alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a Justiça, a garantia da vida compartilhada.

Em consonância com Mittler (2003) quando diz que a educação inclusiva deve ser um ambiente que aceite as minorias sociais, independente de sua cor, classe, gênero, etnia ou limitações individuais, e deve atender ao princípio de aceitação das diferenças.

O aluno com necessidades especiais tem o direito de ser igual, mas quando manifesta suas necessidades, ele tem direito de ser ouvido, tem direito à educação, destinada a todos.

1- A INCLUSÃO E OS DESAFIOS DA ESCOLA

A escola regular, de maneira geral, não foi nem é planejada para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a padronização, para atingir os objetivos educativos daqueles que são considerados dentro dos padrões de “normalidade” (IMBERNÓN, 2000 apud MARTINS, 2006, p. 17).

Muitas escolas estão apenas recebendo alunos com necessidades especiais, obedecendo à Lei n°. 9.394/96 (LDB, art. 4º, III) que estabelece que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser realizado, preferencialmente, na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996).

Segundo Fontes (2005), a história da educação no Brasil foi marcada pela exclusão. Desde a colonização, os alunos eram diferenciados de acordo com a classe social. As oportunidades eram para poucos e somente a elite tinha acesso a uma escola de qualidade. Hoje, século XXI, diante da realidade, a escola não pode continuar excluindo, negando o que acontece ao seu redor, anulando as diferenças. A escola

inclusiva não escolhe ou diferencia, ela valoriza o ser e aprende a conviver, livre de preconceitos.

Como diz Mantoan (2006, p. 16), “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças”.

Para Libâneo (2001), a escola precisa assumir que também é seu papel ensinar valores e atitudes, sob o ponto de vista de um comportamento ético, no que se refere à vida, ao ambiente e às relações humanas. Assim, o professor precisa apresentar um esforço contínuo no exercício da docência sem preconceitos.

Sendo assim Martins (2006, p.20) estabelece que:

O processo educativo inclusivo traz sérias implicações para os docentes e para as escolas, que devem centrar-se na busca de rever concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para todos os alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, desenvolvendo ao máximo as suas potencialidades.

Para Mantoan (2006), a proposta de incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional de ensino regular, tem se chocado com o conservadorismo de nossas escolas. Problemas conceituais, falta de conhecimento da legislação, induzem ao erro e ao preconceito, reduzindo, unicamente, a inserção de alunos com algum tipo de necessidade especial.

Na visão de Moraes (2003, p. 49), “a educação é um processo que só acontece por meio das relações de cuidado na convivência das diversidades. Educar é viver junto às potencialidades, respeitando as diferenças na aceitação do outro”.

Nesse mesmo sentido, Mantoan (2003) ressalta que a escola precisa mudar, deixar suas práticas excludentes e reconhecer, finalmente, que as pessoas não são categorizáveis, sem discriminações, sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados.

2- A PERSPECTIVA DA ESCOLA/ ESPAÇO DEMOCRÁTICO

A perspectiva é a de que a escola se constitui em um espaço democrático no qual a diversidade seja o lastro de igualdade e de oportunidades. Compreender o aluno com suas características singulares é respeitá-lo como pessoa que tem suas limitações,

mas tem seus pontos fortes. Cabe à escola assegurar um processo educativo coerente às necessidades educacionais de todos os seus alunos.

Segundo Mantoan (2006), a inclusão questiona não apenas políticas e organização da educação, mas também o conceito de integração. A autora diz que a inclusão é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática.

A escola, em sua tradição, tem sido apontada como uma organização que estabelece critérios seletivos, em consequência de um enfoque homogêneo de aluno. Conseqüentemente, o aluno que não se adapta ao sistema fica à margem do processo educativo.

A indiferença às diferenças está acabando, passando da moda. Nada mais desfocado da realidade atual do que ignorá-las. Nada mais regressivo do que discriminá-las e isolá-las em categorias genéricas, típicas da necessidade moderna de agrupar os iguais, de organizar pela abstração de uma característica qualquer, inventada, e atribuída de fora. (MANTOAN, 2006, p.22).

A inclusão escolar busca um novo modelo e, neste momento, é imprescindível que os cursos de licenciatura estejam atentos a essa nova etapa. Este novo olhar para a educação exige professores que possam agir como agentes de transformação para a construção de um sistema educacional inclusivo.

De acordo com Martins (2006), nas últimas décadas, o sistema educacional vem sendo desafiado a conseguir uma forma equilibrada que resulte numa resposta educativa comum e diversificada, que seja capaz de proporcionar uma cultura comum a todos os educandos respeitando as especificidades e as necessidades individuais, reconhecendo, ainda, que a diversidade é um dos fatores mais importantes para conseguir um ensino de qualidade, embora a problemática seja bem maior.

Para Sasaki, (1997), a sociedade e as pessoas com necessidades especiais precisam em conjunto buscar adaptação, equiparação de oportunidades, gerando a verdadeira inclusão.

Em conformidade com Prieto (2006), quando diz que as ações devem ser assumidas pela sociedade em geral e pelo poder público, pois oferecer uma educação de qualidade implica na união de diversos setores em várias instâncias, propiciando transformações na busca da melhoria da qualidade de vida desta população. Ações

coletivas e o trabalho em rede envolvendo toda a comunidade em que a escola está inserida irá contribuir para que ocorra a verdadeira educação inclusiva.

Fazer parte de um processo inclusivo exige quebra de paradigmas, respeito às diferenças, um olhar mais atento às especificidades e suas implicações e o professor nesta situação é um mediador por excelência.

Os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudança que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana. Os professores já estiveram sujeitos a uma avalanche de mudanças, nas quais suas visões não foram seriamente consideradas. É importante que a inclusão não seja vista apenas como uma outra inovação (MITTLER, 2003, p.184).

Entendemos que existe uma resistência por parte dos professores quanto ao novo, pois a maioria dos professores tem uma visão funcional do ensino e tudo o que ameaça romper a tradição causa rejeição e questionamentos.

Mittler (2003) afirma que o ato de educar depende do trabalho diário dos professores em sala de aula, ou seja, professores conscientes de suas ações, escolas planejadas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e, acima de tudo, pelos pais.

Os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudança que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana. Os professores já estiveram sujeitos a uma avalanche de mudanças, nas quais suas visões não foram seriamente consideradas. É importante que a inclusão não seja vista apenas como uma outra. Não há dúvida de que podemos pensar na escola como instituição que pode contribuir para a transformação social. Mas, uma coisa é falar de potencialidades uma coisa é falar “em tese”, falar daquilo que a escola poderia ser, outra coisa bem diferente é considerar que a escola que aí está já esteja cumprido esta função. Infelizmente essa escola é sim reprodutora de certa ideologia dominante é sim negadora dos valores dominados e mera chanceladora da injustiça social, na medida em que recoloca as pessoas nos lugares reservados pelas relações que se dão no âmbito da estrutura econômica (PARO, 2001, p.10).

Segundo Jannuzzi (2004, p. 187,188), a educação deve enfatizar o ensino, bem como formas e condições de aprendizagem. Em vez de procurar no aluno a origem de

um problema, devemos proporcionar sucesso escolar. Por fim, em vez de pressupor que o aluno deve ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos.

Para Mantoan (2003), falar de inclusão, em nossa sociedade, é um desafio, pois a inclusão deve romper com os estereótipos que sustentam o tradicionalismo das escolas, superando o sistema tradicional de ensinar, questionando “modelos ideais” e a normalização de perfis específicos de alunos.

A escola inclusiva direciona sua metodologia de ensino para a quebra de preconceitos, não diferenciando o saber pedagógico, mas reforçando os mecanismos de interação e integração.

De acordo com Mittler (2003), a inclusão vai além de simplesmente colocar uma criança na escola. É preciso criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo, desse modo, valorizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar é tema para várias discussões e reflexões, sendo que a maior dificuldade está na conscientização de que a inclusão é uma realidade e precisa ser reconhecida como direito do outro. As escolas precisam parar de querer padronizar o aluno. Precisamos trazer o “diferente” para o convívio social, trabalhar conceitos, valores morais, enfim, resgatar a cultura do ser, restabelecendo as relações.

A nosso ver, a inclusão é um processo que se encontra em constante construção, as barreiras estão diminuindo, pois padrões tradicionais estão sendo rompidos. Acreditamos que o sistema escolar deve atender às diferenças sem discriminar, assegurando ao aluno especial a participação no processo ensino aprendizagem.

A diversidade enriquece pelo simples motivo de se aprender com o diferente. Repensar o papel da escola e da sociedade para construir uma sociedade inclusiva é dever de todos. Educação inclusiva implica em mudança, possibilitando maior equidade e abrindo novos horizontes, para que ocorra o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva.

A inclusão denuncia o distanciamento entre a escola que temos e a escola ideal, revela-nos que ações precisam ser revistas. A escola do futuro depende de toda a comunidade escolar em formar gerações livres de preconceitos, propostas pedagógicas

inovadoras que estimulem as diferenças individuais e assegurem oportunidades iguais a todos.

Uma educação inclusiva deve ter como foco principal a inserção de todos, considerando as diferenças e valorizando a diversidade, transformando a escola e desconstruindo práticas exclusivas. Estamos diante de um grande desafio: oferecer um ensino de qualidade, promovendo uma educação realmente inclusiva que visa desenvolver no aluno suas potencialidades.

É preciso idealizar a escola como espaço de construção de saberes, capaz de reconhecer e aceitar a diversidade no desenvolvimento dos alunos como sujeitos sócios culturais, promovendo, assim, uma educação realmente inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. ECA. Lei nº 8069/90, 1990.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

_____, Maria Teresa Eglér O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, D. Inclusão e Educação: Doze Olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

_____, Maria Teresa Eglér. Caminhos pedagógicos da Educação Inclusiva. IN: GAIO, Roberta & MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Orgs.). Caminhos pedagógicos da educação especial. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MORAES, M. Cândida. Educar na biologia do amor e da solidariedade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MARTINS, Lúcia Araújo Ramos, PIRES, Gláucia Nascimento da Luz, MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. (Org.) *Inclusão: compartilhando Saberes*. 2. ed. Petrópolis. R.J.: Vozes, 2006.

MITTLER, Peter. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Tradução: Windyz Brazão. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OMOTE, Sadao (org.). *Inclusão: intenção e realidade*. Marília: FUNDEPE, 2004.

PARO, V. H. *Gestão Democrática da Escola Pública*, São Paulo: Ática, 2001.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (Org.). *Inclusão escolar*. São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. *Inclusão: um guia para educadores*. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO. *Declaração de Salamanca. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade*. Salamanca, Espanha, 1994.